

102 – PROFISSIONAL DE ATIVIDADE ESTRATÉGICA (PAE) – ADVOGADO – NÍVEL PLENO

DATA E HORÁRIO DA PROVA: 7/2/2010 – 8h

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do **chefe de sala**:
 - Um **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva, contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta, e o tema e as orientações para elaboração do **texto**.
 - Um **cartão de respostas** óptico personalizado.
 - Uma **folha de texto definitivo**.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação e a codificação do **cartão** e da **folha** estão corretas.
- O candidato dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e a prova discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** óptico da prova objetiva e o preenchimento da **folha de texto definitivo**.
- Ao candidato somente será permitido levar o **caderno de questões** após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** óptico e a **folha de texto definitivo** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao **chefe de sala** o **cartão de respostas** óptico devidamente assinado e a **folha de texto definitivo**.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entregar ao **chefe de sala** régua de cálculo, calculadora, agenda eletrônica, *palmtop*, *bip*, *pager*, *notebook*, telefone celular, gravador, máquina fotográfica, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, relógio, ou qualquer outro equipamento desse tipo e qualquer tipo de arma, mesmo que com porte autorizado.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas** óptico. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** óptico a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A questão que tiver mais de uma resposta assinalada será considerada errada, mesmo que uma das assinalações esteja correta.
- O **cartão de respostas** óptico **não** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** óptico é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas **assim**:

Realização:

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I, para responder às questões 1 e 2.

Descubra o seu economista interior

1 (...) Ciente desse exagero tão comum a seus colegas economistas, Tyler Cowen cita três princípios básicos capazes de distinguir a boa economia (aquela que é 4 compreensível para as pessoas comuns) da má economia (repleta de ciladas de desumanidade, de verbosidade e de excessiva embromação):

7 1. O Teste do Cartão-Postal

Deve ser possível tomar um bom argumento econômico e escrevê-lo no verso de um cartão postal de tamanho 10 razoável. Se um argumento tem passos demais, pelo menos um deles fatalmente estará redondamente incorreto. Ou, 13 ainda, se tem passos demais, não saberemos como todos esses diferentes passos se encaixam uns nos outros para estabelecer a conclusão do argumento.

2. O Teste da Vovó

16 A maioria dos argumentos econômicos deve ser compreensível para sua avó. A vovó pode até não concordar, mas no mínimo precisa entender do que o economista está 19 falando. Se a vovó é a economista da família, e abusa ela própria do jargão, tente um de seus recalitrantes primos.

3. O Princípio do "A-há"

22 O Princípio do "A há" é uma extensão do Teste da Vovó. Se os conceitos básicos forem bem apresentados, o economista tem de fazer sentido. Bons economistas acreditam que 25 vivemos nossas vidas segundo princípios que qualquer um pode entender. Talvez aconteça de nem sempre compreendermos o que estamos fazendo quando tomamos 28 decisões, mas os argumentos econômicos e os mecanismos devem ser reconhecíveis. Afinal de contas, o argumento é sobre nós. Assim, se alguma observação econômica 31 claramente expressa é objetiva, deve estimular as áreas "A-há", também conhecidas pelos nomes de "eureka" e *insigh* de nosso cérebro. Sei que isso pode soar um pouco 34 metafísico, mas a ideia é que uma observação econômica claramente expressa deve de fato fazer alguma diferença para nós no nível pessoal. Ela tem de ser uma revelação.

Internet: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1939&Itemid=102> (com adaptações). Acesso em 9/1/2010.

QUESTÃO 1

Acerca do desempenho profissional do economista, o exagero ao qual o primeiro parágrafo do texto I se refere diz respeito

- (A) à tentativa de compatibilizar necessidades limitadas com recursos limitados.
- (B) ao uso de uma retórica rebuscada.
- (C) à difícil operacionalização de uma economia teórica e uma economia aplicada.
- (D) às constantes exigências do mercado quanto à necessidade de especializações.
- (E) à preocupação com a eficiência de sua leitura no cenário macroeconômico mundial.

QUESTÃO 2

O texto I apresenta uma identidade textual predominantemente

- (A) descritiva.
- (B) dissertativa.
- (C) explicativa.
- (D) narrativa.
- (E) preditiva.

Texto II, para responder às questões 3 e 4.

Economista: o algóz da crise.

1 A crise financeira americana que eclodiu em 2008 é produto de uma sementeira feita em anos anteriores, especialmente na década de 80, quando o império do 4 liberalismo se fortaleceu. Embora com os diferenciais do novo contexto, esta crise tem algum parentesco com as crises anteriores, especialmente a de 1929. Evidentemente, 7 com as facilidades da globalização, a intensidade e o tempo de propagação se intensificaram.

Se analisarmos a configuração do sistema 10 econômico, é fácil perceber que a raiz do problema está no desequilíbrio entre a Corrente Real e a Corrente Nominal.

Com a intensificação do Fator Multiplicador do 13 Capital, resultante da criatividade do sistema financeiro, seria razoável aceitar que o volume financeiro poderia ser menor do que o volume (valor) da produção real, no caso o PIB. 16 Então, teoricamente, o Fator K poderia ser inferior a 1.

Porém, como o PIB mundial é da ordem de US\$ 33 19 trilhões e a corrente nominal US\$ 500 trilhões, o multiplicador é 15. Portanto, uma deformação na origem.

Considerando-se também que os interesses dos 22 agentes nem sempre são convergentes com os interesses da sociedade, seria razoável um mínimo de supervisão e normalização, principalmente na exploração dos recursos e nos aspectos financeiros que afetam o sistema.

25 Vemos, então, que as raízes da crise estão mais profundas do que a opinião ou influência de uma pessoa, ainda que economista. São muitos agentes envolvidos. 28 Curiosamente, temos observado que, apesar disso, o economista tem sido apontado como o responsável, como se ele fosse o dono do mundo.

Internet: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1927&Itemid=51>. Acesso em 9/1/2010.

QUESTÃO 3

O texto II sugere uma responsabilidade coletiva quanto à formação do contexto de crise econômica. Assinale a alternativa que **não** apresenta um elemento responsável pelo contexto de crise mencionado no texto II.

- (A) Divergências de interesses entre agentes e sociedade.
- (B) Pacotes econômicos efêmeros e incipientes a longo prazo.
- (C) Liberalismo da década de 80.
- (D) Falta de supervisão e de normalização na exploração dos recursos.
- (E) Diferenças entre Corrente Real e Corrente Nominal.

QUESTÃO 4

No texto II, o trecho "com as facilidades da globalização" (linha 7) absorve valor de

- (A) causa.
- (B) fim.
- (C) instrumento.
- (D) matéria.
- (E) modo.

Texto III, para responder às questões de 5 a 8.

O papel das instituições de estatísticas

1 A divulgação dos dados sobre a produção industrial regional trouxe uma anomalia que o IBGE deveria esclarecer, pois indicaria que a queda de 0,2% para o conjunto do país
4 poderá ser revisada.

Dos 14 estados analisados pelo IBGE, em apenas 5
7 houve queda industrial — Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Três deles são importantes exportadores de minério de ferro, produto de baixo valor. Somente 2 têm uma produção significativa de manufaturados
10 — Minas Gerais e Espírito Santo.

Em compensação, estados com peso importante na produção de bens com alto valor agregado — São Paulo, Rio
13 de Janeiro, Rio Grande do Sul e, em menor proporção, Pernambuco e Bahia — tiveram crescimento positivo, o que parece contradizer o resultado nacional de queda de 0,2%.
16 O caso mais intrigante é o do estado de São Paulo, que apresentou, em novembro, um aumento da produção industrial de 1,6% e cuja participação na produção nacional é
19 de 40%.

O IBGE não nos forneceu nenhuma explicação (apesar de solicitada) sobre essa anomalia, parecendo
22 indicar que os funcionários do Instituto não haviam notado a discrepância que, aliás, teria justificado uma explicação junto mesmo com a publicação do documento.

25 Isso nos leva a pensar que os dados de novembro serão modificados, fato importante para o cálculo do PIB, sabendo que o resultado de novembro surpreendeu e afetou
28 as decisões dos industriais, muito atentos à formação de estoques acima do normal.

Não se pode deixar de falar da responsabilidade dos
31 institutos de estatísticas que têm um papel importante na orientação dos negócios. A rapidez em divulgar dados estatísticos é louvável, mas caberia alertar que se trata de
34 dados incompletos, que serão revisados, e até indicar os pontos frágeis do levantamento. Hoje, os mercados reagem mais à diferença entre as previsões e a realidade do que ao
37 dado efetivamente publicado. Pode-se dizer que esse é o maior fator de especulação que, porém, faz muitos estragos. Não se trata de condenar as previsões ou a divulgação de
40 dados que serão modificados, mas apenas de exigir das instituições de estatísticas, de um lado, uma clara explicação quanto aos meios utilizados para o levantamento dos dados
43 e, de outro, maior humildade diante dos resultados, tomando o cuidado de não os utilizar para fazer previsões sem explicar suas fragilidades.

Internet: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100109/not_imp492910,0.php> (com adaptações). Acesso em 10/1/2010.

QUESTÃO 5

Acerca das ideias do texto III, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto invalida os dados da pesquisa elaborada pelo IBGE.
- (B) Se Minas Gerais e Espírito Santo são os estados com produção significativa de manufaturados, Pará, Paraná e Santa Catarina são os três importantes exportadores de minério de ferro.
- (C) Dados de pesquisas como esta serão sempre indispensáveis para a tomada de decisão por parte dos industriais.
- (D) O texto sugere com certa acidez que o pequeno tempo em que a pesquisa foi feita interferiu na qualidade dos dados.
- (E) O texto acredita fortemente nas previsões estatísticas e nos métodos que as instituições utilizam.

QUESTÃO 6

Em cada uma das alternativas abaixo, há uma reescritura de parte do texto III. Assinale aquela em que a reescritura mantém as ideias originais.

- (A) A divulgação dos dados sobre a produção industrial da região trouxe um erro que o IBGE deveria esclarecer (linhas 1 e 2).
- (B) O caso mais desavindo é o estado de São Paulo, que apresentou, em novembro, um aumento da indústria (linhas de 16 a 18).
- (C) Não se pode deixar de falar da função dos institutos de estatísticas que têm um papel importante na orientação dos negócios (linhas de 30 a 32).
- (D) Pode-se dizer que esse é o maior fator de negociação, porém, faz muitos estragos (linhas 37 e 38).
- (E) o cuidado de não os utilizar para fazer previsões sem explicar suas limitações (linhas 44 e 45).

QUESTÃO 7

A respeito da estrutura do texto III e seu significado, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Para a observância de uma escrita mais bem apurada, caberia uma vírgula após o trecho “A divulgação dos dados sobre a produção industrial regional” (linha 1).
- (B) Na linha 2, a palavra “que”, apesar de aparentemente referir-se à palavra “anomalia”, corresponde a uma conjunção.
- (C) A expressão “Em compensação” (linha 11) pode ser substituída por **Para compensar** sem comprometimento semântico.
- (D) O trecho da linha 21 foi construído entre parênteses por uma questão de estilo, pois poderia ser corretamente escrito entre vírgulas ou travessões.
- (E) A palavra “à” (linha 28) não pode ser substituída por **para** sem comprometimentos semântico e sintático.

QUESTÃO 8

A alternativa que contém palavras acentuadas com motivação na mesma regra de acentuação gráfica é

- (A) país, três, aliás.
- (B) até, têm, é.
- (C) estatísticas, minério, Espírito.
- (D) é, até, Pará.
- (E) discrepância, negócios, funcionários.

QUESTÃO 9

Nas normas estabelecidas para a redação de correspondências oficiais, **não** são feitas considerações quanto

- (A) ao uso de registro de norma culta da língua portuguesa.
- (B) à impessoalidade.
- (C) à coesão semântica entre as partes do texto.
- (D) à formalidade de tratamento.
- (E) à concisão.

QUESTÃO 10 _____

Considere as proposições a seguir.

- I Se existe governo, então há democracia.
- II Se todo poder emana do povo, então existe governo.
- III Se há democracia, todo poder emana do povo.
- IV Se há eleição, há democracia.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Existir governo é uma condição necessária, mas não suficiente, para haver democracia.
- (B) Todo poder emanar do povo é condição suficiente, mas não necessária, para existir governo.
- (C) Todo poder emanar do povo é condição necessária e suficiente para existir governo.
- (D) Haver democracia é condição necessária, mas não suficiente, para todo poder emanar do povo.
- (E) Haver eleição é condição necessária para haver democracia.

QUESTÃO 11 _____

Considere $p: \exists x$ inteiro, $x^2 + 2x - 4 = 0$. Então, é correto afirmar que

- (A) p é uma proposição verdadeira.
- (B) p é uma sentença aberta.
- (C) a negação de p é: $\exists x$ inteiro, $x^2 + 2x - 4 \neq 0$.
- (D) $\sim p: \forall x$ inteiro, $x^2 + 2x - 4 \neq 0$.
- (E) p é uma sentença aberta falsa.

QUESTÃO 12 _____

Em um terreno quadrado, um jardineiro marcou sobre os lados, consecutivamente, 2, 2, 3 e 4 pontos distintos e não-coincidentes com os vértices. Ele deseja usar esses pontos, juntamente com os vértices do quadrado, como vértices de triângulos para fazer desenhos no jardim. O número total de distintos triângulos que ele pode obter é

- (A) 165.
- (B) 215.
- (C) 380.
- (D) 417.
- (E) 455.

RASCUNHO

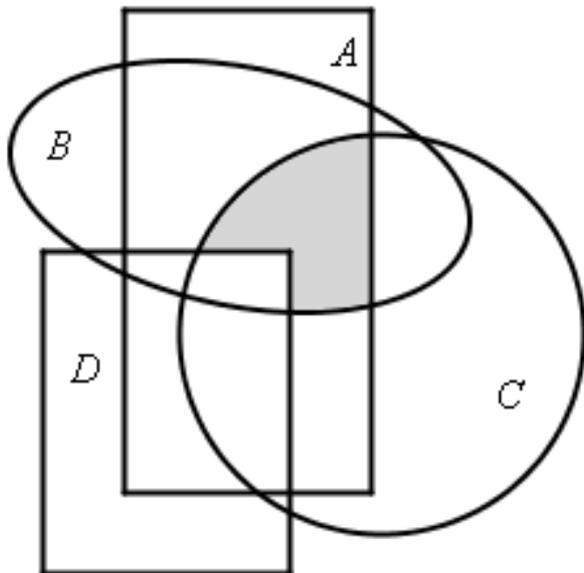
QUESTÃO 13

São lançados dois dados cujas faces são numeradas de 1 a 6. O jogador P vence se a divisão do maior número pelo menor número for exata. Caso contrário, o jogador Q vence. Nessa situação, é correto afirmar que

- (A) Q será o vencedor.
- (B) P será o vencedor.
- (C) o jogo é equilibrado, isto é, cada jogador tem igual chance de vencer.
- (D) a probabilidade de Q vencer é de $\frac{5}{6}$.
- (E) a probabilidade de P vencer é de $\frac{2}{3}$.

QUESTÃO 14

A melhor descrição para a região hachurada em cinza da figura a seguir, em termos de operações sobre os conjuntos A, B, C e D, é



- (A) $(B \cap C) \cap A$.
- (B) $[(B \cap C) - D] \cap A$.
- (C) $(D - A) \cap (B \cup C)$.
- (D) $(A - D) \cap (B \cup C)$.
- (E) $(A \cap D) - (B \cap C)$.

QUESTÃO 15

Um funcionário assumiu seu cargo em uma segunda-feira do mês de março de um ano ímpar e trabalhou por exatos onze anos, quando foi demitido. Sua demissão ocorreu em uma

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Pedro exerceu o magistério durante quatro anos em cadeira técnica de economia em estabelecimento de ensino superior reconhecido pelos órgãos públicos competentes. Depois de 8 meses da publicação do Decreto n.º 31.794/1952, Antônio, amigo de Pedro, informou-lhe que, por conta desses anos de magistério, ele poderia ser habilitado para o exercício da profissão de economista. Acerca dessa informação, é correto afirmar que

- (A) Pedro só poderia ser habilitado se ele contasse com 10 anos de magistério em cadeira técnica de economia em estabelecimento de ensino superior.
- (B) o tempo de magistério de Pedro não seria suficiente para se dar a habilitação, posto que ainda era necessária a publicação de obras ou trabalhos científicos na área.
- (C) a informação de Antônio está em plena desconformidade com o que estabelece o referido Decreto.
- (D) Pedro, mesmo com o tempo de magistério, ainda deveria aguardar confirmação do Conselho Federal de Economistas Profissionais, pois sua habilitação estava inserida nos poderes discricionários da instituição.
- (E) a informação de Antônio está errada, pois já se passaram oito meses da publicação do Decreto.

QUESTÃO 17

Não constituem renda dos Conselhos Regionais de Economia (CORECONS)

- (A) doações e legados.
- (B) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional, a ser fixada no regimento do Conselho Federal de Economia (COFECON).
- (C) subvenções dos governos.
- (D) 4/5 das multas aplicadas.
- (E) 3/5 das anuidades pagas pelos economistas.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei n.º 1.411/1951, constitui atribuição do CORECON

- (A) expedir carteiras profissionais.
- (B) escolher os membros efetivos do COFECON.
- (C) julgar, em última instância, os recursos e as penalidades impostas pelo próprio órgão.
- (D) fixar o número de membros que compõem seu próprio Conselho.
- (E) disciplinar o exercício da profissão de economista.

QUESTÃO 19

José e Maria são economistas de notável reconhecimento. Em 2010, depois de trinta anos no mercado de trabalho, pagando em dia suas respectivas anuidades, os dois resolveram solicitar o Registro Remido. Para que possam ter seu pleito deferido, José e Maria deverão ter, no mínimo,

- (A) 60 anos de idade.
- (B) 65 anos de idade.
- (C) 65 e 60 anos de idade, respectivamente.
- (D) 70 e 65 anos de idade, respectivamente.
- (E) 30 anos de registro profissional.

QUESTÃO 20

Paulo foi flagrado exercendo a profissão de economista sem o competente registro profissional. Diante dessa situação, o CORECON aplicou uma multa de 250% do valor da anuidade. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A atitude do CORECON foi indevida, pois não é sua a atribuição de aplicar penalidades.
- (B) Se ficar provada a conivência das empresas nas infrações previstas em lei, estas também serão passíveis das multas previstas.
- (C) Se Paulo reincidir no prazo de 5 anos, a multa será elevada ao dobro.
- (D) A multa não se insere entre as penalidades possíveis de serem aplicadas pelos CORECONS.
- (E) No caso em questão, a lei exige que a penalidade a ser aplicada seja a suspensão.

QUESTÃO 21

Milhares podem estar mortos após tragédia no Haiti

(13/1/2010) PORTO PRÍNCIPE (*Reuters*) — Os líderes do Haiti disseram nesta quarta-feira temer que milhares de pessoas tenham morrido no forte terremoto que destruiu o palácio presidencial, escolas, hospitais e favelas do país. Os governos do Brasil e de outros países se mobilizaram para enviar ajuda o mais rápido possível.

Um prédio de cinco andares que servia como quartel-general da Organização das Nações Unidas (ONU) desmoronou após o tremor de magnitude 7,0 da terça-feira, o mais forte a atingir o país em mais de 200 anos, de acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos.

Internet: <<http://br.noticias.yahoo.com/s/reuters/>>.
Acesso em 14/01/2010.

Tomando o texto como referência inicial, assinale a alternativa correta.

- (A) País da América Central continental, o Haiti é um dos mais pobres do mundo, com forte dependência da ajuda internacional.
- (B) República presidencialista, o Haiti é ex-colônia francesa; a maioria de sua população é composta por descendentes de africanos e professam a religião católica.
- (C) Uma das vítimas do terremoto no Haiti foi a brasileira Zilda Arns, que se tornou célebre por ter criado a Pastoral da Criança e ter sido condecorada com o Prêmio Nobel da Paz, em 2006.
- (D) Desde 2004, quando uma revolução apoiada por Cuba tentou implantar o socialismo no Haiti, o Brasil comanda a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (*Minustah*), visando dar apoio ao governo capitalista de Porto Príncipe.
- (E) A base da economia do Haiti é a extração de petróleo, recentemente descoberto; entretanto, ainda não se notam sinais de que a riqueza mineral tenha promovido alterações positivas nas condições de vida da população haitiana.

QUESTÃO 22

África, 680 milhões de habitantes espalhados por 54 países. Bolsões de prosperidade na África do Sul, em Angola e nos países petrolíferos do norte, como Argélia e Líbia. Pobreza quase generalizada no restante do continente. Conflitos étnicos e religiosos sangrentos – os mais recentes deixaram 185 mortos no Sudão e 600 na Nigéria.

In: *Correio Braziliense*, 15/8/2009, p. 26.

Com o auxílio do texto, assinale a alternativa correta, acerca do continente africano.

- (A) A prosperidade angolana a que o texto se refere está relacionada à elevada produtividade agrícola que aquele país apresenta.
- (B) Em relação à África do Sul, os bons índices econômicos são alavancados pela elevada produção petrolífera, a maior do continente.
- (C) Entre os países que viveram conflitos “étnicos [...] sangrentos”, além dos mencionados Sudão e Nigéria, estão Ruanda e Serra Leoa.
- (D) Na África, ao sul do deserto do Saara, os conflitos religiosos decorrem principalmente de choques entre católicos, habitantes das áreas de colonização espanhola, e protestantes, ocupantes de zonas de colonização inglesa.
- (E) A população dos “países petrolíferos do norte” é composta, predominantemente, por povos negros que professam, em sua grande maioria, o islamismo.

QUESTÃO 23

O Brasil abriga seis biomas — ambientes com diferentes características de solo, de relevo, de vegetação e de ecossistemas.

A divisão do território nacional em biomas ajuda a entender nossa riqueza natural. Ao mesmo tempo, retrata como a deterioração de cada ambiente segue as rotas ditadas pela história econômica do país. Identificar as características e o estado de cada um é fundamental para definir leis sobre o uso do solo, mapear áreas de risco, empreender ações de conservação e fiscalizar sua execução.

Atualidades Vestibular. São Paulo: Abril, 2009, p. 146 (com adaptações).

Acerca da questão ambiental no Brasil, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Na estrutura da administração pública, entre os órgãos responsáveis por “empreender ações de conservação e fiscalizar sua execução”, podem ser citados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- (B) O bioma que mais sofreu alterações com a ocupação humana no Brasil foi a Mata Atlântica.
- (C) O cerrado está incluído na lista dos *hotspots*, o que equivale dizer que se trata de um dos ecossistemas mais ricos e ameaçados do planeta.
- (D) O ecossistema brasileiro que se apresenta menos ameaçado é a caatinga; devido à extrema pobreza de sua biodiversidade, a área por ela ocupada não é palco de processos de exploração econômica.
- (E) Na Amazônia, a devastação ambiental é maior nas áreas adjacentes às rodovias, que funcionam como eixos de ocupação e, conseqüentemente, de destruição.

QUESTÃO 24

(10/1/2010) - Obama diz não ter intenção de enviar tropas ao Iêmen e à Somália

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, disse que não tem intenção de enviar tropas americanas para o Iêmen ou a Somália, dois países que enfrentam combatentes islâmicos, vistos como aliados da rede terrorista Al Qaeda.

Obama disse à revista *People* que ainda acredita que o centro de atividades da Al Qaeda é ao longo da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão.

As preocupações com o terrorismo no Iêmen cresceram depois do atentado frustrado a um avião com destino a Detroit no dia de Natal. Segundo as investigações, o suspeito de tentar detonar explosivos durante o voo, o nigeriano Umar Farouk Abdulmutallab, recebeu treinamento do braço da Al Qaeda no Iêmen.

Na entrevista, realizada na sexta-feira, Obama disse que não descarta nenhuma possibilidade. Ainda assim, ele disse que, para países como o Iêmen e a Somália, ele acredita que trabalhar com parceiros internacionais seria mais eficaz no momento.

Localizado no sul da península Arábica, o Iêmen é o mais pobre dos países árabes. Seu governo enfrenta rebeldes xiitas e sunitas e abriga o braço da rede Al Qaeda na península, depois de anos de repressão do governo saudita ao grupo.

Internet: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u677194.shtml>> (com adaptações). Acesso em 11/1/2010.

O texto aborda uma das maiores preocupações, não só dos Estados Unidos, como também de diferentes países do globo: o terrorismo. Acerca do texto e do tema abordado, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas nos Estados Unidos atribuiu à Al-Qaeda a responsabilidade do ataque ao World Trade Center, em setembro de 2001. Ainda hoje, um dos principais líderes desse grupo terrorista, Osama Bin Laden, é procurado pelos Estados Unidos.
- (B) O texto apresenta as causas do terrorismo internacional.
- (C) O elevado percentual de população contaminada com o vírus da AIDS faz que a África se torne uma efervescente área de formação de terroristas.
- (D) A organização de grupos terroristas tem como único propósito a implantação do islamismo em escala global. Por esse motivo, os ataques são sempre justificados como sendo uma **guerra santa**.
- (E) A decisão do presidente Barack Obama de não apresentar uma maior ofensiva ao Iêmen demonstra um enfraquecimento político e diplomático dos Estados Unidos, uma vez que o ataque ao avião com destino a Detroit provocou a morte de dezenas de passageiros.

QUESTÃO 25

Os avanços nos processos de construção da União Europeia também acabaram influenciando outros países e regiões e mostrando que pelo menos um dos caminhos para o desenvolvimento, talvez o principal, passava pela união de forças, cristalizadas na integração regional. Assim, ante um cenário internacional econômico e político marcado por indefinições e muita incerteza, diversos Estados nacionais buscaram criar blocos regionais para responder às novas diretrizes que emanavam do centro mais dinâmico do sistema capitalista.

Pio Penna Filho. **Política Internacional Contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 68.

Acerca dos blocos econômicos mundiais, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre os “avanços nos processos de construção da União Europeia”, encontram-se a livre circulação de pessoas, a criação de uma constituição única e a supressão dos parlamentos nacionais dos países-membros, que outorgaram suas funções ao Parlamento Europeu, com sede em Estrasburgo, na França.
- (B) Alguns países da América do Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) criaram, em 1991, por meio do Tratado de Assunção, o Mercado Comum do Sul, o Mercosul.
- (C) A Comunidade Andina de Nações (CAN), da qual o Brasil passou a fazer parte em 2009, é, após o Mercosul, o mais importante bloco econômico americano.
- (D) Asean e Apec são importantes blocos econômicos que integram, respectivamente, países africanos e asiáticos.
- (E) Existem diferenças quanto ao grau de integração entre uma zona de livre comércio e uma união aduaneira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Os direitos fundamentais cumprem a função de direitos de defesa dos cidadãos. Acerca desses direitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Embora sejam normas constitucionais que visam proporcionar ao cidadão um espaço de liberdade com relação às ingerências do Poder Público, o direito individual, em diversos casos, é, ao mesmo tempo, assegurado e limitado expressamente.
- (B) O princípio da razoável duração do processo preconiza que as ações devam ser julgadas de forma célere e estabelece prazos para a prolação da decisão final.
- (C) O processo administrativo para dissolução compulsória de uma associação deve atender aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- (D) Os direitos fundamentais visam, em especial, à proteção da dignidade da pessoa humana, preceito fundamental da Constituição, o que impede a pessoa jurídica de ser titular desses direitos.
- (E) As normas sobre os direitos fundamentais apresentam um comando de proteção que obriga o Estado a impedir que tais direitos sejam vulnerados, exceto nas relações privadas, em função da previsão constitucional do princípio da autonomia da vontade.

QUESTÃO 27

Em relação à competência dos órgãos do Poder Judiciário, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Supremo Tribunal Federal, quando provocado, poderá aprovar súmula vinculante, mediante decisão de dois terços dos seus membros, depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
- (B) A competência para analisar recurso de decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, é do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira são de competência da Justiça Federal.
- (D) Aos órgãos da Justiça Comum, compete o julgamento das causas nas quais são questionados os contratos temporários celebrados com o poder público.
- (E) As ações possessórias derivadas do direito de greve estão no rol das competências da Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 28

Acerca dos remédios constitucionais, é correto afirmar que

- (A) os pressupostos para a concessão da liminar no mandado de segurança são o fundamento relevante e o perigo de ineficácia da medida, além de comprovar a causalidade, o depósito ou a fiança.
- (B) o *habeas data* é indicado para possibilitar ao cidadão o questionamento de norma jurídica que o impeça de exercer as prerrogativas inerentes à cidadania.
- (C) o Supremo Tribunal Federal admite o cabimento de *habeas corpus* em situações nas quais não há ofensa direta à liberdade de locomoção.
- (D) o mandado de injunção é o meio constitucional utilizado para obter a invalidação de atos ou contratos administrativos ilegais e lesivos ao patrimônio público; pode ser proposto tanto por pessoa jurídica, como partidos políticos, quanto por pessoa física, desde que eleitor.
- (E) o ajuizamento de mandado de segurança coletivo por um partido político induz a litispendência das ações individuais sobre o mesmo fato.

QUESTÃO 29

Acerca dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

- (A) Caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar o poder legislativo municipal, nas localidades onde não houver conselho de contas.
- (B) As inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, podem ser realizadas por iniciativa própria ou por determinação do presidente da República.
- (C) A criação dos conselhos de contas municipais poderá ser feita por meio de lei complementar nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes.
- (D) A atividade do TCU denominada de controle externo é revestida de caráter opinativo, razão pela qual não vincula a atuação do sujeito ativo da ação civil de improbidade administrativa.
- (E) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.

QUESTÃO 30

Quanto ao processo legislativo brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a iniciativa popular, no âmbito dos processos legislativos federal, estadual e municipal, depende de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado.
- (B) após o envio de mensagem de urgência do chefe do executivo ao órgão legislativo, não sendo cumprido o prazo estabelecido, será o projeto de lei aprovado sem votação, por decurso de prazo.
- (C) as matérias de iniciativa privativa do presidente da República vinculam, de maneira obrigatória, os estados-membros à disciplina constitucional federal, sob pena de incidir em inconstitucionalidade formal.
- (D) a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito, comporta interpretação extensiva e pode ser presumida.
- (E) a medida provisória é um ato normativo primário, de caráter excepcional, podendo abordar questões relativas aos direitos políticos e aos partidos políticos.

QUESTÃO 31

Acerca da extinção dos contratos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Ocorre a impossibilidade material quando o fato constitui óbice intransponível para a execução das obrigações ajustadas.
- (B) Havendo vício de legalidade no contrato, a administração pública deverá proceder à sua anulação. A nulidade não exonera a administração do dever de indenizar o contratado por eventuais prejuízos demonstrados.
- (C) A rescisão judicial pode ser utilizada pelos particulares contratados pela administração pública quando esta descumprir as obrigações pactuadas.
- (D) A supressão, por parte da administração pública, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato para além do limite legalmente permitido não constitui motivo para a rescisão unilateral de um contrato administrativo pela administração pública.
- (E) O não pagamento pela administração pública dos serviços contratados e executados, por prazo superior a trinta dias úteis, constitui hipótese de rescisão unilateral do contrato administrativo.

QUESTÃO 32

A administração pública resolveu demolir uma construção irregular que colocava em risco a vida da população. A respeito dessa atitude do poder público, assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pública valeu-se do poder regulamentar.
- (B) A administração pública valeu-se do poder de polícia, cujos atributos são a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
- (C) O poder exercido pela administração pública pode ser delegado a entidades privadas.
- (D) O poder exercido pela administração pública não pode ser utilizado pela administração indireta.
- (E) A administração pública valeu-se do poder disciplinar.

QUESTÃO 33

Uma instituição qualificou-se como organização social. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) após a assinatura do termo de parceria, a administração não poderá mais proceder à sua desqualificação, restando ao Ministério competente realizar a devida supervisão da área de atividade correspondente ao objeto social.
- (B) a instituição é pessoa jurídica de direito privado que, após atender a alguns requisitos previstos em lei, formalizou termo de parceria com a administração pública.
- (C) essa instituição é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fruto da chamada “desestatização”, em que o Estado se afasta do desempenho direto da prestação de alguns serviços públicos. Ela pode receber recursos públicos, bens públicos e até servidores públicos com ônus para a administração.
- (D) a organização atendeu a requisitos vinculantes para a Administração, como, por exemplo: ser pessoa jurídica de direito privado, não ter fins lucrativos e destinar-se ao ensino, à cultura, à saúde, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à preservação do meio ambiente.
- (E) após ter sido devidamente qualificada, a organização celebrará contrato de gestão com o Poder Público, que, por sua vez, deverá ceder servidor público, com ônus do governo, para integrar o Conselho de Administração.

QUESTÃO 34

Paulo requereu da administração pública uma licença para construir galpão para revenda de material tóxico. A administração negou o pedido. Acerca da licença, é **incorreto** afirmar que

- (A) assim como a permissão e a autorização, a licença se enquadra na categoria dos atos de consentimento estatal.
- (B) o poder público pode agir *ex officio* para outorgar licenças.
- (C) se Paulo preencheu os requisitos legais, a administração não poderia ter negado o seu pedido.
- (D) ainda que a administração tivesse autorizado Paulo a construir por meio da licença, isso não impediria a revogação do ato enquanto não iniciada a obra.
- (E) a licença é necessária para legitimar a atividade a ser desempenhada por Paulo.

QUESTÃO 35

O direito administrativo tem como uma de suas características a inversão do ônus da prova em favor da administração pública, quando da prática de determinado ato administrativo. A respeito desse tema, é correto afirmar que

- (A) a inversão do ônus se relaciona com a imperatividade do ato administrativo.
- (B) o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos tem como consequência a inversão do ônus da prova.
- (C) apenas a inversão do ônus da prova constitui efeito da presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- (D) a inversão do ônus da prova é consequência da coercibilidade do ato administrativo.
- (E) a inversão do ônus da prova é consequência da autoexecutoriedade do ato administrativo.

QUESTÃO 36

Considere que João presta serviço de transporte de cargas a uma empresa transportadora. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que o vínculo entre João e a empresa seja uma relação de emprego, em nenhuma hipótese ele poderá enviar outra pessoa para prestar serviços em seu lugar, posto que neste caso inexistiria o requisito da pessoalidade.
- (B) Só haverá habitualidade na prestação de serviços por João se houver também o requisito da continuidade.
- (C) Para que João seja considerado empregado da empresa, deverá haver a subordinação econômica.
- (D) Se não houver a não eventualidade, então a relação jurídica entre João e a empresa será de trabalho eventual.
- (E) Se João presta serviços por conta própria, inexistente o requisito da alteridade na relação jurídica. A alteridade também é entendida por parte da doutrina como sendo um princípio.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta no que diz respeito à remuneração e ao salário.

- (A) O salário corresponde ao valor econômico pago diretamente pelo empregador ao empregado em razão da prestação de serviços do último, alcançando inclusive as gorjetas.
- (B) A habitualidade não é considerada elemento essencial para a identificação de uma verba salarial.
- (C) A remuneração constitui-se de um conjunto de pagamentos decorrentes do empregador, excetuando pagamentos feitos por terceiros.
- (D) A remuneração do empregado não precisa ser previamente ajustada, podendo ficar sujeita a álea.
- (E) A participação nos lucros é pagamento efetuado pelo empregador ao empregado, desvinculado da remuneração e em decorrência do contrato de trabalho, referente à distribuição do resultado positivo obtido pela empresa.

QUESTÃO 38

A Justiça do Trabalho compõe-se de vários órgãos previstos constitucionalmente para a resolução das questões concernentes ao direito do trabalho. Assinale a alternativa **incorreta** acerca da organização dessa justiça especializada.

- (A) O Tribunal Superior do Trabalho é composto de 27 Ministros, escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.
- (B) As comarcas não abrangidas pela Justiça do Trabalho poderão atribuir a jurisdição trabalhista a juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça.
- (C) Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras Regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- (D) Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional.
- (E) O órgão de primeiro grau da Justiça do Trabalho não é mais a Junta de Conciliação e Julgamento, mas sim os Juízes do Trabalho, órgão singulares, que exercerão suas prerrogativas nas Varas do Trabalho, a serem criadas por lei.

QUESTÃO 39

Após dez anos de trabalho intenso na empresa de Antônio, Pedro foi demitido por justa causa, sob alegação de ato de indisciplina. Não satisfeito, Pedro ajuizou reclamação trabalhista, requerendo todas as verbas devidas quando da extinção de contrato de trabalho sem justa causa. Após longa análise da situação fática, o juiz resolveu que, na verdade, a rescisão havia se dado por culpa recíproca. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa que **não** contempla uma verba a ser paga por Antônio.

- (A) Indenização de 20% do FGTS.
- (B) Férias vencidas.
- (C) Saldo de salário.
- (D) Décimo terceiro salário.
- (E) Metade do aviso prévio

QUESTÃO 40

Considere que Eliz foi profundamente ofendida em sua honra enquanto trabalhava na empresa de João, que funcionava em São Paulo. Passados dois meses do constrangimento, Eliz se deu conta de que a sua situação no emprego estava insustentável e resolveu sair do emprego, mudar-se para Brasília e ajuizar uma reclamação trabalhista por rescisão indireta e outra ação por danos morais. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta quanto à competência.

- (A) A ação de indenização por dano moral deverá ser ajuizada na Justiça do Trabalho, pois a jurisprudência do TST, que antes da Emenda Constitucional 45 não admitia o processamento de tais ações na Justiça Especializada, teve de sucumbir à alteração constitucional.
- (B) Eliz deve ajuizar sua ação por danos morais na Justiça Comum, tendo em vista o procedimento especializado para apuração dos fatos.
- (C) As duas ações deverão ser propostas na justiça laboral, entretanto a jurisprudência não admite a sua cumulação.
- (D) Eliz só poderá ajuizar as ações em Brasília se este tiver sido o local da sua contratação.
- (E) Se Eliz ajuizar ação em Brasília, João poderá alegar incompetência territorial; no entanto, se ele não o fizer, haverá prorrogação de competência.

QUESTÃO 41

Em relação aos negócios e atos jurídicos, é correto afirmar que

- (A) a coação é uma forma de constranger alguém, mediante ameaça, obrigando-a à prática de um ato jurídico. Esse vício de consentimento gera dano para aquele que sofreu a ameaça, mesmo que seja remoto.
- (B) a ação pauliana tem o objetivo de tornar ineficaz o negócio jurídico fraudulento e poderá ser proposta por qualquer indivíduo lesado pelo devedor insolvente.
- (C) o Código Civil acolheu a teoria do silêncio circunstanciado, segundo a qual o silêncio do agente importa em manifestação de vontade tácita.
- (D) o estado de perigo pode nascer de fato humano ou de fato natural. Se decorrente de fato humano, distingue-se da coação sempre que o estado de perigo não tenha sido criado como fim de se exigir da vítima a conclusão do negócio.
- (E) a emissão de uma vontade contrária à vontade real não enseja anulação do negócio jurídico, porquanto prevalece a vontade declarada.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa correta acerca dos direitos reais, de acordo com o disposto no Código Civil.

- (A) A hipoteca impossibilita o proprietário de alienar o imóvel, sem a quitação do crédito hipotecário, e deve constar no contrato.
- (B) Entre as formas originárias de aquisição do domínio do bem imóvel, pode-se destacar a ocupação, que consiste na tomada de posse da coisa sem dono.
- (C) Cada possuidor na comosse tem uma parte ideal, tendo em vista que essa modalidade de posse pode ser exercida sobre bens em estado de indivisão, não sendo possível determinar qual parte cabe a cada um.
- (D) A posse precária é a que se adquire por abuso de confiança. O possuidor terá direito à indenização das benfeitorias úteis e necessárias, cessado o vício, após o decurso do prazo de ano e dia, assim como na posse violenta ou clandestina.
- (E) Ao possuidor de má-fé são assegurados os interditos possessórios, assim como o direito de retenção do bem possuído, com a finalidade de obter a indenização das benfeitorias úteis e necessárias por ele realizadas.

QUESTÃO 43

Paulo e Ana celebraram um contrato, cujo objeto eram obrigações alternativas. No referido texto, foi estipulada uma cláusula penal para o caso de descumprimento total ou do retardamento da obrigação. Em relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor da cláusula penal está obrigatoriamente limitado ao valor das obrigações alternativas, caso seja exigido o seu cumprimento.
- (B) O cumprimento da obrigação alternativa depende da sujeição de ambos os contratantes ao direito de escolha.
- (C) Sendo a obrigação alternativa periódica, os contratantes estão vinculados à opção realizada em virtude do primeiro cumprimento.
- (D) A legislação limita a aplicação da multa contratual à hipótese de inadimplemento das obrigações assumidas no contrato.
- (E) Caso o contrato em questão seja objeto de anulação por vício de consentimento, a cláusula penal subsiste como forma de indenizar o contratante lesado.

QUESTÃO 44

Acerca das pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Consideram-se impenhoráveis os bens particulares dos sócios, porquanto o patrimônio da sociedade não se confunde com o dos sócios, salvo se constar no ato constitutivo expressamente a responsabilidade subsidiária pelas dívidas sociais. Assim sendo, o juiz poderá determinar a extinção da personalidade jurídica, a fim de que os sócios respondam pelas obrigações não satisfeitas.
- (B) A emancipação voluntária é ato unilateral de concessão realizado pelos pais, em pleno exercício da autoridade parental, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, desde que o menor já tenha completado dezesseis anos.

- (C) Os direitos da personalidade, imprescritíveis e absolutos, além de inatos e permanentes, acompanham seu titular durante toda sua existência. A legislação ordinária se encarregou de regulamentá-los, bem como de prever a cláusula geral da personalidade.
- (D) São elencadas, no Código Civil, como pessoas jurídicas de direito público interno os entes federativos e as autarquias, como a Bolsa de Valores.
- (E) Todo indivíduo tem capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações, ou seja, a capacidade de exercício é imanente a toda pessoa.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa correta, acerca das disposições gerais a respeito dos contratos no Código Civil.

- (A) O erro é o defeito contratual resultante do artifício malicioso que um contratante emprega, em proveito próprio, ou de terceiro, para induzir outrem ao cumprimento de determinada cláusula.
- (B) A liberdade de contratar no Código Civil tem como princípio basilar a autonomia da vontade, sendo limitada, somente, de forma geral, pela ordem pública.
- (C) A rescisão contratual ocorre sem que tenha havido qualquer inadimplemento, ou vencimento do prazo. O contrato extingue-se pelo fato de as partes não terem mais interesse em manter o vínculo.
- (D) Constitui cláusula geral, tornando relativos os efeitos dos contratos em relação a terceiro, o dispositivo legal sobre a função social do contrato, decorrente dos princípios constitucionais da solidariedade e justiça social.
- (E) O adquirente tem, por força de lei, garantia diante de terceiro, se compelido a se privar total ou parcialmente do bem objeto do contrato oneroso, exceto se adquirido em hasta pública.

QUESTÃO 46

Em relações às regras de competência, assinale a alternativa correta.

- (A) A justiça brasileira é competente para decidir sobre a partilha de bens, independentemente da homologação da sentença estrangeira que decretou a separação.
- (B) Nas hipóteses de competência internacional concorrente, a propositura da ação perante a autoridade brasileira inibe o aforamento de demanda idêntica no exterior.
- (C) A autoridade jurisdicional competente é pressuposto de admissibilidade da ação, conforme previsto na legislação processual.
- (D) A competência de varas especializadas é de caráter relativo; serão julgadas as causas distribuídas após a instalação do juízo, independentemente de conexão.
- (E) As ações, nas quais as sociedades de economia mista forem parte, tramitam perante a Justiça Federal.

QUESTÃO 47

Quanto às provas no processo civil, é correto afirmar que

- (A) a parte, ao ter o seu depoimento pessoal tomado pelo juiz, poderá recusar-se a responder o que lhe for perguntado.
- (B) a prova oral emprestada pode ser validamente aproveitada em outro processo, na mesma forma em que foi produzida no processo de origem.
- (C) tanto os fatos controvertidos quanto os fatos notórios precisam ser objeto de comprovação durante a instrução probatória, em atendimento ao princípio do livre convencimento.
- (D) o autor, para provar sua pretensão, deve indicar os fatos e os dispositivos legais nos quais se baseia, de acordo com a teoria da substanciação da demanda.
- (E) a confissão judicial espontânea deverá ser feita pela própria parte, sob pena de nulidade.

QUESTÃO 48

Acerca das formas de intervenção de terceiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A oposição é admitida em todos os procedimentos, como na execução, na qual o terceiro, oponente, defende sua posse sobre bens imóveis apreendidos judicialmente, por meio de penhora e arresto.
- (B) De acordo com o princípio da economia processual, o juiz poderá condenar diretamente o denunciado em favor do autor, caso a denunciação da lide tenha sido feita pelo réu.
- (C) O assistente, na assistência litisconsorcial, ao intervir no processo antes da prolação da sentença, poderá requerer a renovação da produção das provas, das quais não tenha participado.
- (D) O chamamento ao processo possibilita vincular à relação jurídico-processual os eventuais responsáveis pelo evento danoso, independentemente do vínculo de solidariedade.
- (E) O litisdenuciado que comparece aos autos e adita a petição inicial, assumindo a posição de litisconsorte do denunciante, responde também pelo ônus da sucumbência.

QUESTÃO 49

Acerca do Conselho Federal de Economia (COFECON), é **incorreto** afirmar que

- (A) é uma entidade autárquica de direito público, sujeita à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.
- (B) possui autonomia administrativa e financeira e constitui serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total.
- (C) é o órgão responsável pela fiscalização profissional, organização e registro dos economistas.
- (D) o mandato dos conselheiros, efetivos e suplentes, é de três anos. Anualmente, a composição do COFECON renova-se em um terço.
- (E) nos termos do princípio da impessoalidade, aos conselheiros é vedado indicar ou nomear, para ocupar cargo em comissão no COFECON, seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, salvo se este pertencer efetivamente ao quadro de pessoal.

QUESTÃO 50

No tocante à atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- (A) É necessária a configuração de real interesse coletivo para justificar a legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública.
- (B) Ao atuar como parte, seja autor ou réu, responde pelos mesmos ônus das partes. A lei prevê a possibilidade de confessar, transigir e prestar depoimento pessoal, mas não responde pelo ônus da sucumbência.
- (C) No âmbito civil, é obrigatória a intervenção do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei e de representante legal da parte, quando esta for enfermo, deficiente físico e mental ou idoso.
- (D) Deverá ser intimado pessoalmente, por meio de remessa dos autos, nos processos, nos quais atua como representante da parte ou como substituto processual e também nas demais hipóteses de atuação.
- (E) O Ministério Público poderá recorrer se a parte o fizer, quando atuar como fiscal da lei.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO

Para a elaboração do **texto**, atente para as seguintes orientações:

- O texto tem o objetivo de avaliar a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente, não sendo permitida a interferência e(ou) a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato portador de deficiência.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

TEMA

A Associação dos Economistas de São Paulo impetrou mandado de segurança coletivo, com pedido liminar perante a Justiça Federal, em face do ato praticado pelo presidente do Conselho Federal de Economia. O ato impugnado trata de dispositivo inserto na Resolução n.º 55/2009, que exige a comprovação da realização do exame de suficiência para a inscrição do registro no conselho de classe e o consequente exercício da profissão.

A sentença confirmou a liminar e concedeu a segurança para permitir aos associados da impetrante registro perante os Conselhos Regionais de Economia, independentemente da apresentação de certidão de aprovação em exame de suficiência.

João propôs individualmente mandado de segurança com o mesmo pedido, pendente de julgamento.

Com base nessa situação hipotética, redija um **texto dissertativo** à luz da atual legislação que regulamenta o mandado de segurança, com ênfase nos dispositivos modificados, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- (a) os requisitos para a concessão da liminar no mandado de segurança coletivo e individual;
- (b) os recursos no mandado de segurança, em especial os cabíveis na situação exposta, em face do sistema normativo vigente;
- (c) os fundamentos possíveis de serem alegados para a impugnação do ato; e
- (d) a relação com o mandado de segurança individual e os efeitos da coisa julgada.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO

